

DO FRANGO AO AVIÃO OU O QUE É POSSÍVEL DIZER SOBRE A NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA? NOTAS EXPLORATÓRIAS

HELENA BOMENY*

Resumo: O texto trata do impacto sobre a teoria sociológica do fenômeno caracterizado pelo economista Marcelo Neri, no Brasil de 2008, como ascensão de uma nova classe média. A reação dos cientistas sociais trouxe de volta ao debate a fecundidade e os limites enfrentados pela teoria social ao movimento de grupos nas diversas posições da sociedade em suas dimensões política, econômica e social.

Palavras-chave: Nova classe média. Classe social. Teoria social.

From Eating Chicken to Traveling by Airplane or What Can be Said About the New Brazilian Middle Class? Exploratory Remarks

Abstract: This paper discusses the impact the phenomenon described as "the rise of a new middle class" by economist Marcelo Neri has had on sociological theory. Social scientists' reaction has brought back into the debate both the fertility and the limits faced by social theory when addressing groups' movements along the several positions occupied in society in their political, economic and social dimensions.

Keywords: New middle class. Social class. Social theory.

* Professora Titular de Sociologia da UERJ. E-mail: helena.bomeny@hotmail.com

CENÁRIO BRASILEIRO: RALÉ INVISÍVEL, BATALHADORES, ALIENADOS OU AGENTES DA INOVAÇÃO?

É preciso ir além e “dar o mercado aos pobres”, completando o movimento dos últimos anos quando pelas vias da queda da desigualdade “demos os pobres aos mercados (consumidores)”. Devemos tratar o pobre como protagonista de sua história e não como um passivo receptor de transferências oficiais de dinheiro e de crédito consignado a esses benefícios. Há que se turbinar o protagonismo das pessoas... (Marcelo Neri /FGV, 2010)

A ralé é a grande questão esquecida. O Brasil não tem 500 problemas, mas um grande problema, que é essa desigualdade abissal do qual decorre mais de mil problemas... a desigualdade não é nem percebida enquanto tal. Nós a naturalizamos... (JESSÉ DE SOUZA, 2009)

O fenômeno da emergência de grandes segmentos da população ao mercado de consumo provocou uma reação dos cientistas sociais recuperando a discussão, razoavelmente abandonada, sobre as classes sociais. As ciências sociais brasileiras não estiveram isoladas desse esfriamento. Contingências estruturais internacionais facilitaram o questionamento a respeito da permanência das classes como atores coletivos e como conceitos explicativos da dinâmica da sociedade pós-industrial. A queda do Muro de Berlim, em 1989, a crise profunda da experiência do socialismo e as alterações estruturais do capitalismo pós-1980 consolidaram a desconfiança do poder explicativo das classes para a compreensão da vida social no capitalismo contemporâneo. No caso do Brasil, a manutenção do conceito ficou mais evidente nos estudos e pesquisas do campo da história social. Identidade da classe trabalhadora, estilos de vida da classe trabalhadora, sociabilidade da classe trabalhadora, entre outros aspectos da vida dos trabalhadores mantiveram o interesse na possibilidade de expressão da vida coletiva e da ação coletiva desses contingentes organizados de trabalhadores. De extração marxista, em grande parte, tais estudos consolidavam o papel central da classe trabalhadora na dinâmica do capitalismo, recuperada agora por dimensões culturais, associativas e políticas com pesquisas de corte metodológico mais qualitativo. A fala operária e a voz dos vencidos aparecem em tonalidades distintas em estudos mais clássicos, estruturalistas, de décadas anteriores, e são principalmente tributários da contribuição de Edward Thompson à historiografia brasileira. No entanto, a teoria sociológica teve sempre como desafios estruturantes a precisão do conceito de classe, quer em sua atualização/afirmação, na resistência na alteração de concepções modeladoras da própria Sociologia, ou ainda, no questionamento a respeito da incorporação de grandes segmentos populacionais sob o rótulo ou abrigados no conceito de classe social. Em qualquer dessas possibilidades, o conceito permanece como desafio teórico e promessa/esgotamento analítico. Ator resiliente, portanto. Um dos momentos da conjuntura brasileira em que esta questão animou o debate nas ciências sociais foi o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Sua retomada, nos limites de um estudo de caso, pode levar-nos à recuperação daquilo de que a teoria sociológica parece não abrir mão...

Em certo sentido, a explosão da chamada “nova classe média brasileira” trouxe de volta à cena a contribuição de cientistas sociais. Para além do fato de acreditar-se ou não no papel que as classes terão nos discursos que tratam das sociedades modernas avançadas, os sociólogos teriam que dar conta de um fenômeno novo no cenário societário brasileiro.

Estas notas exploratórias basear-se-ão em três contribuições que expressam – embora não esgotem – a variedade de perspectivas que o problema suscitou nas Ciências Sociais no Brasil. Se não expressam totalmente as variadas, e crescentes manifestações, nos dão um ponto sobre o qual nos determos no momento. A primeira, otimista, veio do economista da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri, coordenador do Centro de Políticas Sociais (CPS). Apesar de ser economista, Neri foi responsável pela divulgação maciça na imprensa de dados e

indicadores que comprovavam a ascensão da nova classe média brasileira com base em análises dos indicadores sociais disponibilizados por órgãos e instituições oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelos Censos, e a própria Fundação Getúlio Vargas, responsável pela sistematização de índices econômicos. A segunda perspectiva, mais afinada com a política, veio de dois cientistas políticos, Amaury de Souza e Bolívar Lamounier, no livro intitulado *A Classe Média Brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*.¹ O livro foi escrito com resultados de uma pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) a respeito de valores, índices de escolaridade e perspectivas de participação política da nova classe média brasileira. E, finalmente, a terceira contribuição é do sociólogo Jessé de Souza, para quem a desigualdade social é a principal contradição da sociedade brasileira. Bastante crítico com relação às duas interpretações citadas, o sociólogo afirmava que o que estaria configurada como a nova classe média brasileira eram, de fato, os *batalhadores*, rescaldos do que o autor havia classificado em livro anterior como *ralé* – os que estão nas franjas do sistema como um todo, os que ocupam funções secundárias, temporárias, precárias.²

DO QUE ELES ESTAVAM FALANDO? UMA NOVA CLASSE MÉDIA NO BRASIL?

Em meados do segundo mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) uma notícia ocupou a imprensa e a mídia em geral: a ascensão de milhões de pessoas à Classe C. A Nova Classe Média Brasileira ocupou a mídia impressa e televisiva. De primeira hora, tudo era novidade, inclusive a terminologia Classe C.

O Brasil é um país que entrou no século XXI com uma população estimada em 183.987.291 habitantes pelo Censo de 2010, a quinta maior população no mundo. A estimativa do IBGE é que a população brasileira já passa de 211 milhões de habitantes. A população estimada do Brasil é de 211.755.692 pessoas, número a ser atualizado no Censo previsto para 2022, uma vez que o Censo de 2020 não foi realizado. O Brasil é um país marcado historicamente por profundas desigualdades regionais, sociais e econômicas, e por uma das maiores concentrações de renda no mundo. Contrastes estruturais e resistências políticas históricas impediram que o Brasil alterasse a distribuição de renda ao longo de todo o período republicano que se iniciou em 1889. A despeito de movimentos mais ou menos expressivos de mobilidade social e de frequentes relatos de ascensão de indivíduos e grupos a patamares mais elevados do que aqueles vividos por seus pais, o fato é que estruturalmente o país manteve uma profunda concentração. Houve quem comparasse a estrutura de distribuição de renda no Brasil ao longo de cem anos de República a um eletroencefalograma de morto pela imobilidade e inalteração de seus números.³ Indicadores de educação, atendimento público à saúde e acesso aos “benefícios da civilização” – para nos valermos da expressão de Norbert Elias – deixaram sempre ao país, às elites e à classe política o desafio de modificar o quadro e aparecer em cenário internacional com outras manchetes que não as de carnaval, futebol e música, a despeito da importância e da centralidade de tais temas nas interpretações e na compreensão do que se constitui a cultura do país.

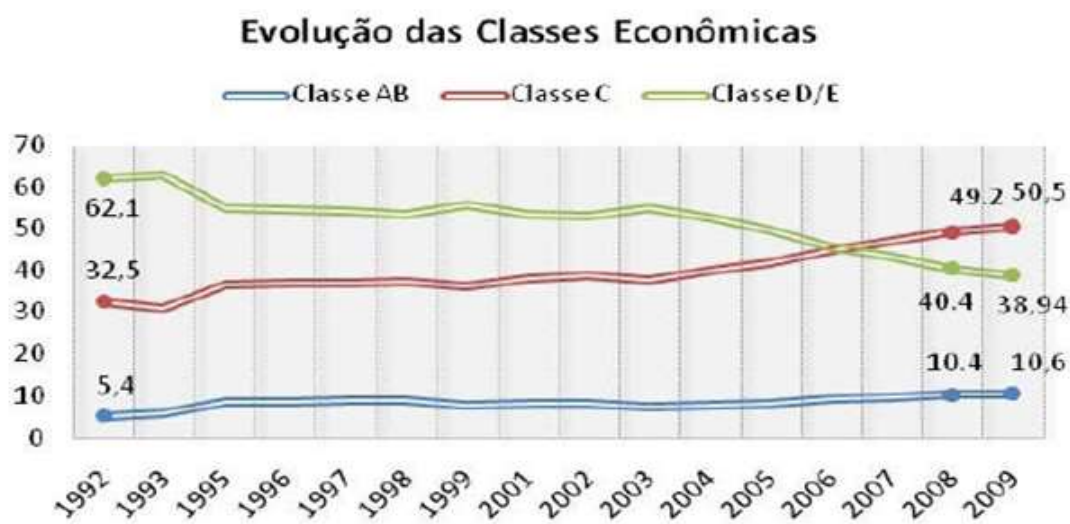
O movimento que levou 29 milhões de pessoas à Classe C entre 2003 e 2009 reunia famílias com renda domiciliar entre R\$ 1.126 e R\$ 4.854 mensais, com variações relacionadas ao número de dependentes (Quadro 1). A faixa estipulada para definir a Classe C contabilizava ganhos bem maiores do que os do salário mínimo que vigorou no período: entre R\$ 240,00 (em 2003) e R\$ 465,00 (em 2009). Os dados salientavam o deslocamento de milhões de pessoas oriundas do que seriam as classes D e E para a Classe C: estimativa de 30 milhões saindo da miséria e ingressando na Classe C; 15 milhões encontrando emprego; 30 milhões comprando carros novos, sendo que 20 milhões tendo acesso a carro pela primeira vez na vida.

Quadro 1 – Definição de classe por rendimento familiar mensal.

Classes	Limites (R\$)	
	Mínimo	Máximo
E	R\$ -	R\$ 705,00
D	R\$ 705,00	R\$ 1.126,00
C	R\$ 1.126,00	R\$ 4.854,00
B	R\$ 4.854,00	R\$ 6.329,00
A	R\$ 6.329,00	∞

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 1 – Evolução das classes econômicas (1992_2009).

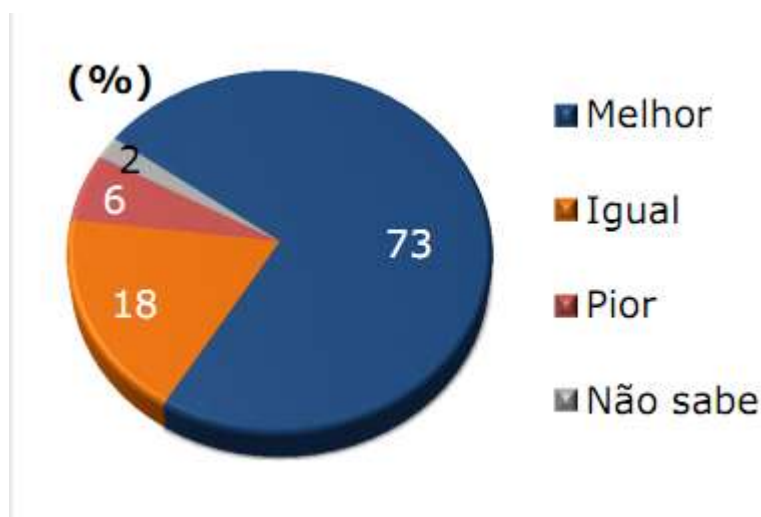


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Um dos sinais mencionados nas reportagens e nas matérias sobre o tema era a possibilidade desse grupo tão heterogêneo escapar, tão logo fosse possível, da “condenação à ineficiência do serviço público”, o que vale dizer, pagar escola privada, fazer um plano de saúde, assegurar seus bens em companhias de seguro, evitar transportes públicos utilizando seus próprios carros.

Os indicadores não paravam por aí: 45 milhões haviam trocado a TV de tubo por uma LCD de 32 polegadas em média com conversor de sinal. Os sinais de progressão estavam dados por oportunidades de consumo, deslocamentos e oportunidades de acesso a bens antes indisponíveis ao conjunto maior da população. Milhares de pessoas viajavam de avião pela primeira vez. O Brasil é um país de extensão continental e de grande disparidade regional. A população está concentrada fundamentalmente em regiões mais prósperas. Milhares de pessoas provenientes das regiões mais pobres, particularmente as do Norte e Nordeste, deixam seus locais de nascimento e se dirigem às metrópoles do Sudeste em busca de melhores condições de vida. O percurso de volta à terra natal para visitar suas famílias foi profundamente alterado naquela década do século XXI. As viagens de dois ou três dias em ônibus, no calor e na falta de conforto foram sendo substituídas por viagens aéreas pela expansão e facilidade do crédito e por preços promocionais na disputa pelo mercado interno de aviação. Uma espécie de “Yes, we can” foi se espalhando em segmentos da população tradicionalmente excluídos desse tipo de experiência, de sentimento e de percepção. O ex-presidente Lula se referiu a esses sentimentos como expressão, pela primeira vez, do aumento da autoestima dos brasileiros. Confiantes, otimistas, de pazes feitas com seu país, concluiu o ex-presidente em entrevista concedida ao Jornal O Tempo, em 30 de dezembro de 2010, fazendo balanço de seu governo. O otimismo foi contabilizado. A expectativa da população a respeito do ano em curso foi medida a partir das respostas à seguinte indagação: **O ano de 2011 será melhor ou pior que 2010?** (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Resposta à pergunta “O ano de 2011 será melhor ou pior que 2010?”



Fonte: Barômetro Global de Otimismo “Voice of the people – End of the year survey”, no Brasil realizado pelo IBOPE, com 2002 entrevistados.

Mas nem tudo era euforia. “Aeroportos viraram rodoviárias” – queixavam-se a classe média mais alta e a classe mais favorecida, contrariadas em dividir um espaço antes seletivo, e exclusivo de certa faixa da elite, com um conjunto popular que comparecia em progressão geométrica.

Os críticos da política do governo Lula chamavam a atenção – não sem fundamento – para o fato de que tudo aquilo teria sido possível por uma conquista anterior proveniente dos dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995/1998; 1999/2002). A estabilidade econômica e o controle da inflação foram conquistas históricas de um país tradicionalmente marcado pela corrosão de salários afetados pelos índices incontroláveis de inflação. O Plano Real criado quando Fernando Henrique ocupou o Ministério da Fazenda (1993-1994) no governo Itamar Franco (1992-1994) foi um dos motivos mais considerados na explicação de sua vitória nas eleições à presidência de 1994. A estabilização monetária havia provocado uma reordenação na vida da população com condições de contar com rendimentos não mais depreciados pela inflação galopante que sacrificava, sobretudo, o trabalhador e os mais pobres. No momento que se seguiu à estabilidade econômica o noticiário destacava o fato de que, pela primeira vez, grandes segmentos da população tinham acesso ao frango como parte do cardápio cotidiano. O preço do frango ocupou as páginas dos principais jornais como fenômeno inusitado e até então desconhecido para a maioria da população.⁴ E não faltaram matérias na imprensa onde o frango, o iogurte e o cimento compareciam como evidências de novas conquistas. A Revista Veja – uma das principais revistas semanais de circulação nacional – foi uma das que tratou de ilustrar o fenômeno:

A vez do cimento

FHC falou em dentadura, mas na nova fase
do Real o que cresce é a construção.
David Friedlander e Roger Ferreira



Fotomontagem sobre fotos de
J. Miranda, Eduardo Albarello,
Renato Cirone

**"Antigamente falavam: Ah, o frango foi o herói
do Real, depois foi o iogurte, agora eu acho que
é a dentadura. Vai ver os pobres botando
dente. Isso não é para rir, isso é verdade, isso é
um avanço imenso, a pessoa poder cuidar de si.
Isso é o Plano Real e isso me comove"**
Fernando Henrique Cardoso

De comida de festa, o frango passa a ser parte da refeição comum.

Quadro 2.

COMIDA NA MESA Consumo de frango na era FHC – em quilos por habitante	
1994	19,65
1995	23,31
1996	22,15
1997	23,88
1998	26,22
1999	29,01
2000	29,86

Fonte: <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT391256-1659,00.html>>.

Entre os governos da estabilização (Fernando Henrique e Lula) é possível dizer que a sociedade caminhou progressivamente do frango ao avião, consolidando expectativas originárias de sociedade com estabilidade econômica, sem os sobressaltos de mudança de moeda e dos apavorantes anúncios de novos Planos Econômicos.⁵ A sociedade ficou protegida das surpresas com atos e decretos de intervenção na vida financeira dos que vagarosamente foram investindo, e dos que lutavam por conseguir investir. A metáfora do frango ao avião sinaliza também a diferença que se confirmou entre um e outro governo. Saindo da sobrevivência com acesso à comida mais farta, a possibilidades de compra de materiais de construção, da aquisição e construção de casas, ainda que em espaços não adequados, irregulares, a população excluída começava a experimentar o sentido da existência.⁶ E com tal sentimento, apostava nas possibilidades de consumo, deslocamento, apropriação de bens e aquisição de status diferenciado.

COMO PENSAR O FENÔMENO QUE FOI VIVIDO COMO NOVIDADE?

Situações novas, quando boas, provocam simultaneamente contentamento e desconfiança. Estávamos no Brasil assistindo a algo desconhecido ou muito raro, tanto em noticiário como em experiências corriqueiras, e era preciso saber quanto seguro era tal movimento. Marcelo Neri havia pautado na imprensa e no debate público uma alteração importante nos padrões de sociabilidade brasileira, e o governo potencializava a novidade como resultado de uma política deliberada de favorecer os menos assistidos historicamente no país. As reações foram distintas, em direções não consensuais, e o debate acadêmico foi igualmente provocado.

O otimismo de Marcelo Neri se fundamentava no fato de que, pela primeira vez, o Brasil noticiava e assistia a uma movimentação crescente de amplos segmentos da população em ambientes de consumo e acesso a oportunidades de lazer e experiências de vida até então não

registrada no país. A inclusão de praticamente 30 milhões de pessoas no mercado brasileiro constituía-se em uma evidência de alteração do quadro seletivo de participação excludente tradicionalmente vigente. O movimento de dar os pobres ao mercado não significa que o mercado tenha sido dado aos pobres. Ou seja, os pobres consomem produtos, mas não participam dos benefícios que o mercado abre aos que podem com mais regularidade usufruir dos bens ali oferecidos. Não podem pagar por eles, ter acesso regular a tais bens materiais e simbólicos. Em outras palavras, os pobres movimentam grandes espaços de compras, mas estão pouco instrumentalizados para a competição em uma sociedade das ocupações. Precisam ter acesso a bens permanentes de formação educacional, cultural e profissional ainda concentrada naqueles segmentos que podem fazer frente a seus custos. Tal ponderação, no entanto, não diminuía para Neri a força social expressiva daquele movimento. Tratava-se para ele de uma sociedade que havia sido tocada por uma transformação sem precedentes. Vinha desta constatação o motivo de seu otimismo e de sua aposta em uma sociedade mais aberta, democrática, de novas mobilidades, e menos desigual.

A iniciativa da Confederação Nacional da Indústria em solicitar pesquisa e avaliação de dois cientistas sociais a respeito da emergência da Classe Média fortalecia a percepção de Marcelo Neri a respeito do ineditismo de tal fenômeno. O livro de Amaury de Souza e Bolívar Lamounier tratou de oferecer elementos à compreensão do futuro do mercado interno brasileiro com o objetivo de orientar as estratégias das empresas a partir das previsões dos impactos do fenômeno socioeconômico na economia e na estrutura governamental. Publicado em 2010, o livro se concentrava no esforço de entender qual a sustentabilidade do gigantesco movimento de ascensão social ocorrido nos últimos anos. Na apresentação assinada pelo presidente da CNI, Armando Monteiro, encontramos os desafios anunciados: necessidade de manter a inflação baixa e controlada e a importância de melhorar a educação no Brasil. Na primeira parte do livro, os cientistas políticos cuidaram de mapear conceitualmente o fenômeno da classe média brasileira, recuperando as contribuições clássicas de Karl Marx e Max Weber a respeito. Chamavam a atenção para a vulnerabilidade e a fragilidade implicadas na heterogeneidade histórica com que tal segmento se apresentou. Salientavam ainda o desafio sociológico de sistematizar um conceito que expressasse tal situação. A segunda parte do livro foi dedicada aos sinais de sustentabilidade econômica, aos valores e aos padrões de consumo dos membros do que seria essa nova classe média. A Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD) de 1996 a 2007, a pesquisa de opinião sobre classe média realizada em 2008 pelo IBOPE e a pesquisa qualitativa realizada no âmbito de produção do livro constituíram as bases empíricas sobre as quais Souza e Lamounier trabalharam. Logo de início apontam que o atual fenômeno socioeconômico brasileiro é comparável ao ocorrido há um século em países industrializados. Mas há uma particularidade: a aproximação da classe C aos estratos de nível de renda mais alto ocorreu também na Índia, na China, na Rússia e no Irã. Uma ocorrência que não escapou ao Banco Mundial, que contabilizou 400 milhões de pessoas compondo a classe média global, com previsão de mais de dois bilhões a serem incorporadas até 2030.

O livro de Souza e Lamounier destaca sinais fortes de vulnerabilidade desse fenômeno de ascensão de milhares de pessoas ao mercado econômico e ao mercado político. Em primeiro lugar, a persistência do quadro estrutural de desigualdade no país. Em paralelo e como consequência, o crescimento do trabalho informal precarizado que os autores atribuem, entre outros fatores, ao peso do custo da legalização da atividade econômica no país, o que se vulgarizou como “custo Brasil”. A dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho deixa a um contingente expressivo da população a alternativa da informalidade. Na avaliação dos autores, a ida para a legalidade encontra no “peso do Estado” (excessiva tributação) o maior obstáculo. Por último, e não menos importante, chamam a atenção para a ligação intrínseca entre mobilidade social e consumo dependente da concessão do crédito sem a criação de novos padrões de organização do sistema produtivo. A definição de classe com a qual operam diz respeito ao status proporcionado pelo nível educacional. Fogem, portanto, à referência conceitual de Marx e se aproximam mais da inspiração weberiana onde educação, renda e ocupação determinam status de classe, não considerando a consciência de classe.

Sensíveis aos aspectos políticos implicados na ação de grupos, Bolívar Lamounier e Amaury de Souza consideram a capacidade de cidadãos de se mobilizarem a partir do acesso às redes

sociais em defesa de seus valores políticos. Tão maior o capital social, apostam, maiores as possibilidades de os membros da sociedade civil gerarem recursos políticos em favor da defesa de seus interesses. Certas conjunturas históricas propiciaram a mobilização de segmentos da classe média no Brasil e os autores trazem como referências o Movimento Abolicionista e o Republicano, ambos no século XIX, o Movimento das *Diretas Já*, na abertura política dos anos 1980, e o Impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello, em 1992.

No livro de Souza e Lamounier destacam-se também os critérios objetivos e subjetivos implicados na definição da classe. Educação, renda, ocupação, prestígio auferido no emprego, mas também traços que levam em conta a identidade da classe – crenças, valores, estilos de vida. Na pesquisa qualitativa foi realçada pelos entrevistados a busca por um padrão de vida estável. Deixam de trabalhar apenas para sobreviver e investem no trabalho com o objetivo de viver bem, usufruir de benefícios e confortos desconhecidos antes. Nesse “viver bem”, o ponto de fragilidade está na compra e consumo mais por facilidade de crédito do que por renda auferida pelos salários ou poupança. Endividam-se para consumir. Em boa parte dos casos as aspirações de consumo das classes C e D conflitam com a renda familiar disponível. As respostas dos entrevistados confirmaram ainda algumas tendências conhecidas no Brasil: aumento da taxa de escolaridade desde a década de 1990 e reiteração da educação pelo diploma, e não tanto pelo seu valor intrínseco para a vida das pessoas. Ou seja, educação como instrumento, como alavanca para atingir maior estabilidade no mercado de trabalho. Nos últimos capítulos do livro, três teses são sugeridas a respeito da nova classe média. Em primeiro lugar, uma distinção entre a classe média tradicional e a nova no que diz respeito à preocupação maior da classe média tradicional com instituições do Estado, espaço considerado seguro para desempenho de carreira, ou referência de proteção e controle regimental das atividades sociais. Em segundo, o estoque de capital social da classe B, considerado maior do que os das classes C, D e E. Por fim, chamam a atenção para similitudes nos meios utilizados como fontes de informações, e na opinião acerca do cenário político brasileiro contemporâneo entre as diferentes classes. Os cientistas políticos insistiram em mais dois aspectos que deveriam ser considerados no tratamento da questão: a dificuldade da nova classe média de portar valores específicos, dado o grau de heterogeneidade e dispersão, e a importância indiscutível desse segmento da sociedade à consolidação da democracia e da economia de mercado. O que fazer com um imenso segmento da população que contava política e economicamente sem que fosse portadora de uma socialização política mais efetiva?

Mas, como anunciamos antes, houve uma terceira contribuição ao debate sobre a emergência da nova classe média brasileira selecionada para esta discussão. Trata-se da então mais recente obra do sociólogo Jessé de Souza: *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Jessé de Souza não compartilhava do otimismo expresso por Marcelo Neri. Em seu livro, faz menção ao triunfalismo presente na apresentação de um movimento ascensionista cujas bases e fundamentos não estavam devidamente tratados. Aos cientistas políticos, Souza e Lamounier, o sociólogo destina as observações mais agudas. Em verdade, dedica a conclusão de seu livro para tratar criticamente os argumentos apresentados pelos autores, aos quais nomeou como “liberais-conservadores”. Muitos foram os pontos identificados por Jessé de Souza para justificar sua resistência e recusa aos resultados da pesquisa dos cientistas políticos. Em minha leitura, o livro tinha como intenção mais forte ser uma alternativa às interpretações correntes. Em uma das passagens chega a afirmar:

O trabalho desses autores tem interesse para nossos propósitos posto que é um espelho da forma como as classes populares são vistas e percebidas pelas classes dominantes no Brasil. Essas classes têm partidos políticos e têm controle sobre a mídia em todas as dimensões. Sua forma de perceber o Brasil e seus conflitos – ainda que possa ser desconstruída pelo discurso racional – tende a selecionar a própria agenda daquilo que é percebido como importante e secundário. Sua força é “prática”, pragmática, política e econômica ao mesmo tempo. Essas ideias – capengas e sem qualquer valor de verdade como elas são – estão materializadas em práticas sociais e institucionais, que fazem o dia a dia do Brasil moderno. (JESSÉ DE SOUZA, 2010, p. 322)

No calor da crítica, o sociólogo põe em questão os fundamentos “pseudocientíficos”, por estarem, em sua visão, comprometidos com certa matriz conservadora de pensar o mundo social. Seriam ainda autores que não deixavam escamotear a filiação política e o afinamento com o que ficou classificado como neoliberalismo. A chamada nova classe média brasileira – contra-argumenta Jessé de Souza – só pode ser compreendida no marco mais geral de alteração do sistema capitalista, de um modelo fordista, passando pelo toyotismo e chegando àquele movido pelo afrouxamento de laços de proteção ao trabalhador, da voracidade do capital financeiro e da alteração profunda nas relações cotidianas da sociedade moderna. A nova classe média carrega as agruras de uma classe que não perfila a tradicional classe trabalhadora, nem pode ser classificada como classe média tradicional. O autor caracterizou esse grupo como parcela da elite da *ralé* – uma classe desprovida de qualquer capacidade de transformação e fruto de processos desarticulados de vida familiar e vida social. Os autores até aqui mencionados teriam produzido a ilusão de uma situação socialmente mentirosa, com um agravante: eram afirmações que se apresentavam como “meias-verdades”, razão do sucesso de seus argumentos junto à opinião pública. Diz Jessé de Souza:

[...] ninguém “nega”, na verdade, que existam classes sociais. Em um país tão desigual como o Brasil isso seria um disparate. O que o liberalismo economicista dominante faz é “dizer” que existem classes e negar, no mesmo movimento, a sua existência ao vincular classe à renda. É isso que faz com que os liberais digam que os “emergentes” são uma “nova classe média” por ser um estrato com relativo poder de consumo. O marxismo enrijecido não percebe também as novas realidades de classe porque as vinculam ao lugar econômico da produção e, engano mais importante e decisivo ainda, a uma “consciência de classe” que seria produto desse lugar econômico [...] (JESSÉ DE SOUZA, 2010, p. 22)

Pela citação acima chegamos ao centro da tese proposta pelo sociólogo. Recusa a definição de classe por renda, o que o faz desconfiar do critério postulado para a nomeação do novo grupo ascendente no Brasil, e de certa forma presente nas duas primeiras perspectivas aqui expostas. Também recusa a associação direta entre classe e consciência de classe, o que o autoriza a dizer que o marxismo tradicional está desaparelhado para enfrentar o novo fenômeno. Valendo-se da perspectiva antiliberal de Pierre Bourdieu com a proposta do conceito de violência simbólica e da análise de Luc Boltanski a respeito do novo espírito do capitalismo, Jessé de Souza renomeia o que vinha sendo tratado como Nova Classe Média brasileira batizando-a como “nova classe trabalhadora brasileira”. Seu propósito é oferecer uma interpretação que fugisse aos dois modelos em voga: o “apologético-liberal”, triunfalista, pelo qual os intérpretes veem na nova classe o dínamo de uma sociedade mais individualizada sem amarras de uma tradição estatista; e o modelo marxista tradicional que se manifesta por um “apego afetivo” a conceitos de uma época que não existe mais. Um apego que se transforma em atitude intelectual imobilizadora que impede aos analistas um olhar mais sintonizado com o mundo contemporâneo. O que a pesquisa lhe mostrou foi estar diante de um fenômeno social e político novo e muito pouco compreendido – “o da constituição não de uma ‘nova classe média’, mas sim de uma ‘nova classe trabalhadora’ no nosso país, nas últimas décadas”. (JESSÉ DE SOUZA, 2010, p. 47)

Quem são esses novos trabalhadores? Eles vêm de um grande setor abandonado, desprotegido, com relação de trabalho precária, individualizado. O que, em trabalho anterior, o sociólogo classificou como “*ralé*”. Os que conseguiram oportunidades de ascensão social e que saíram desse grupo é que configuram a nova classe trabalhadora brasileira. Ela não se confunde com a classe média tradicional do Brasil. Não teve acesso aos bens formais de educação e proteção social. Não opera com os recursos do capital cultural e da socialização de classe média estruturada em instituições formais de integração e acesso a bens materiais e simbólicos. Não participa do jogo de distinção que caracteriza as classes alta e média. A pesquisa o conduziu a casos exemplares de trabalhadores que resistiram ao cansaço de vários empregos e turnos, à dupla

jornada na escola e no trabalho, e realizaram um esforço para resistir ao consumo imediato e uma aposta extrema em si mesmos e no próprio trabalho.

O argumento crítico de Jessé de Souza o impede de olhar a emergência dessa nova classe média com a expectativa positiva manifestada no prefácio do próprio livro por Mangabeira Unger: por “alguma combinação de vontade individual, de graça dada por outra pessoa (...), e até sorte, reagiram” (UNGER, 2010, p. 15). No diálogo com Jessé de Souza, Mangabeira defende a vitalidade como qualidade fundamental do Brasil, e recebe a emergência desse novo contingente que integra o mercado como uma evidência de alteração substantiva no cenário social. Para Mangabeira Unger as alterações são evidentes: a nova classe média, diferente da tradicional, é ostensivamente mestiça, o que implica uma novidade no Brasil. As emergentes não apostam tanto nas instituições como a classe média tradicional. E acabaram evidenciando duas teologias equivocadas: uma que deposita no Estado toda a responsabilidade pela ação social; outra que retira das instituições a capacidade ou possibilidade de agir. O otimismo de Unger vem do que ele classifica como “batalhadores”. Aqueles que sabem que terão que contar com seu próprio esforço, “terão que se virar”. São milhões de pessoas que foram à luta, que trabalham dia e noite, que atendem a dois ou três empregos. Esses é que são signatários dos programas de qualificação. O destino do Brasil, aposta o intelectual, será definido no eixo compreendido entre a segunda Classe Média e os Batalhadores... E a saída para Unger é uma inovação das formas institucionais para abrigarmos tal movimento.

Tais considerações, no entanto, não convencem Jessé de Souza a respeito da alteração de um quadro tradicional e historicamente marcado pela desigualdade abissal naturalizada no Brasil. “O que se chama de nova classe média é uma espécie de nova classe trabalhadora, sem direitos e que trabalha de dez a 14 horas por dia – o que lhe permite consumir bens duráveis com grande esforço” – declarou o sociólogo na ocasião.

ÀS VOLTAS COM A TEORIA

Esta dupla recuperação – do fenômeno histórico e do debate sociológico por ele suscitado – é apenas uma tentativa de montagem de um cenário por onde navegaram atores muito diversos, entre eles os cientistas sociais. Olham com desconfiança e crítica para o que nunca teve pouso seguro na tradição sociológica. Falar em classe média foi sempre tocar em arena movediça. Imprecisão, heterogeneidade, desarticulação e pulverização são aspectos que encontraram muita resistência entre estruturalistas. Provocaram menos reação entre os que, como Max Weber, optaram por uma conceituação mais estritamente econômica.

De qualquer forma, o fenômeno salientado no Brasil nos anos de governo Lula joga-nos de volta, pelo contraste, aos anos 1950 na América do Norte e no coração da reflexão do sociólogo Charles Wright Mills (1916-1962). O sociólogo norte-americano esteve mobilizado pelas indagações que provocara nos analistas de um fenômeno semelhante que atingia a América dos anos 1950. Mills conhecia os percalços teóricos da definição ou indefinição de classe quando o que estava em jogo era a massa da população média. A despeito disso, cobrava à teoria sociológica algum tipo de reflexão sobre um contingente da população que podia não ter um projeto político definido, um plano coletivo de vida, mas que decidia, por exemplo, a eleição do presidente da nação mais poderosa do mundo...

Publicado em 1951, *White Collar – The American Middle Classes*, de Wright Mills, foi editado no Brasil com o título *A nova classe média*.⁷ A própria tradutora anotou a dificuldade de tradução, uma vez que os “colarinhos brancos”, na expressão em inglês, significam trabalhadores que não participam diretamente da produção de bens. São caracterizados por um contrato de trabalho mensal, e por um estilo de vida que incluía, entre outros hábitos, certo padrão de vestimenta a indicar prestígio e o nível de renda. Mills classifica o grupo por atitude e comportamento típicos de sociedade de massa. O personagem de colarinho branco acaba sendo um herói-vítima; aquele que sofre a ação, mas que não age na mesma proporção. Os colarinhos brancos estão sempre presentes, mas não são notados na mesma proporção em seus ambientes de trabalho. O autor sugere que são mais lastimáveis do que trágicos. A insegurança é a marca dessa nova classe média. Wright Mills sugere que tal insegurança talvez seja comparável à insegurança do proletariado no século XIX. Está sempre apressada, talvez por não conseguir definir uma direção precisa; paralisada pelo medo, por não saber o que a amedronta. Mills trata dessa camada como um grupo

de criação recente, um segmento da sociedade que não dispunha de cultura própria. Estão para serem modelados pela cultura adquirida pelos meios de comunicação de massa. No momento em que foi escrito, a grande ameaça do desemprego pairava sobre o universo dos colarinhos brancos. A sociedade do século XIX tipicamente dividida entre empresários e assalariados foi se adensando em um conjunto diversificado de ocupações nas profissões liberais assalariadas. A nova classe média situa-se entre ou além do proletariado e da burguesia.

A década de 1950 dos norte-americanos foi aquela em que os empresários independentes deram lugar a milhares de empregados nas múltiplas ocupações. A terceirização do trabalho e o distanciamento do trabalhador do artesanato produtivo, do fazer com as mãos, produziram a distinção entre mundo do trabalho e mundo do lazer. O empregado dependente apagou a imagem do modesto empreendedor que podia ascender em uma sociedade aberta à mobilidade dos que labutavam. O imaginário da ascensão do homem modesto fora destruído por uma realidade acelerada na direção de uma sociedade massificada. Por esta razão é que Mills chama a atenção para a impropriedade de se pensar aquela sociedade nos termos propostos por John Stuart Mill e Karl Marx. Eles não foram contemporâneos do fenômeno social que marcou o cenário de meados do século XX: o crescimento numérico da classe média. Além disso, as conjunturas que abrigaram ambos não foram distinguidas pela supremacia do planejamento burocrático sobre a liberdade de empreendimentos individuais. Em pegada weberiana, Wright Mills defende o argumento de que a racionalidade individual foi sobrepujada pela racionalidade burocrática produtora e estimuladora do contingente humano dos colarinhos brancos. Grandes cadeias de autoridades transformam os indivíduos em elos da engrenagem laboral.

No capítulo dedicado aos estilos de vida encontramos as teses de Wright Mills a respeito do que ocorreu nos Estados Unidos. Tais sugestões podem nos ajudar a pensar a emergência do fenômeno socioeconômico relativamente novo no Brasil sobre o crescimento das classes médias. A primeira tese trata da destruição do tipo ideal do trabalho de modelo artesanal devido à racionalização nas instituições, a partir do planejamento burocrático. A segunda refere-se à nova forma de significação do trabalho, que apresenta um esvaziamento do valor das horas dedicadas à atividade profissional. A terceira trata da criação das bases ideológicas do sucesso e do prestígio como objetivos da vida profissional. A quarta tese de Mills aponta que a condição econômica atual dos emergentes é instável, podendo ser alterada pelas flutuações do ciclo econômico.

O aspecto mais ostensivo da vida social americana é o acesso ao lazer, como atividade de massa, a partir do qual surge a ética do lazer. O ócio torna-se o motivo do trabalho destituído de significado para os colarinhos-brancos. Os valores importantes da vida devem ser buscados fora do trabalho, nas horas de folga. O motivo para trabalhar está relacionado, principalmente, à renda, ao status e ao poder social exercido durante o período de atividade profissional em relação aos subordinados, ainda que entre empregados, e à segurança proporcionada pela renda. Por isso, o esforço da gerência e do Departamento de Pessoal em pesquisar sobre relações humanas nas empresas, aumentando o ambiente de entusiasmo no trabalho. O trabalho é realizado por necessidade, servindo como meio para atingir um fim: o divertimento evasivo em meios passivos de entretenimento. Os vitoriosos nos domínios do entretenimento, do lazer e do consumo tornaram-se os novos ídolos populares, ao substituírem os ídolos do trabalho, os homens bem-sucedidos. Apenas privilegiados, segundo Wright Mills, como intelectuais e alguns tipos de profissionais liberais, não deslocaram o lazer do trabalho para hobbies. Formaram-se duas esferas do “self”⁸: o “self do cotidiano” e o “self do feriado”. A esfera do lazer e das diversões, devido à destituição do lar como centro da vida psicológica, cumpre a função da vida domiciliar ao refazer o trabalhador para a vida do trabalho. O empreendedor perdeu espaço para o colarinho-branco. Os novos profissionais são movidos por táticas e técnicas de autopromoção, de perseguição de ideais de aparência, prestígio, distinção. Personalidade e seus traços exteriores substituem padrões de competência como fator de definição de quem ocupará a vaga de emprego. Aspectos íntimos do empregado são trazidos à esfera de negociação. A categoria virtude, cara aos empreendedores, não pareceu a Wright Mills fazer muito sentido na caracterização desse grupo. O sucesso monetário é o objetivo e nenhum sacrifício é demasiado para alcançá-lo. São quatro os substratos das ocupações dos colarinhos-brancos: gerentes, profissionais liberais assalariados, vendedores e empregados de escritórios. Em todas elas, o valor da educação e a importância da escolaridade

formal prevalecem como condição essencial à competição no mercado das ocupações e oportunidades.

Este esforço de caracterização da classe média norte-americana dos anos 1950 realizado por Wright Mills pode nos servir como parâmetro, mesmo que pelo contraste, em nosso esforço de compreensão da chamada “classe C” cujo surgimento discutimos aqui. Mas é preciso distinguir a classe média norte-americana dos anos 50 da Classe C a que nos referimos no Brasil. A aproximação se daria entre a classe média norte-americana e a classe média tradicional brasileira – como bem lembrou Mangabeira Unger. Trata-se de um contingente da população que se beneficiou de formação e preparação para o exercício da carreira profissional, como são exemplos os funcionários públicos, os profissionais liberais, enfim, um grupo para quem a formação profissional longa e detalhada significou orientação em direção ao futuro, à estabilidade e à fidelidade institucional. O que provocou a lembrança foi o volume expressivo do que no Brasil se nomeou àquela altura como “nova classe média”, alterando um posicionamento mais convencional entre produtores e proprietários de bens de produção *versus* trabalhadores. Esse foi o grupo que provocou nos cientistas sociais mencionados anteriormente o desafio de interpretar, compreender e explicar.

QUESTÃO INCONCLUSA: DEBATE EM MOVIMENTO

"O meu governo, se eu for eleita, terá a obrigação de continuar esse processo de transformação, sobretudo, garantir que nosso País se transforme em um País de classe média". (Dilma Rousseff, 17 outubro de 2010, campanha eleitoral à presidência da República)

O que significava transformar o Brasil em um país de classe média? A presidente Dilma Rousseff, em sua fala citada acima, quis chamar a atenção para a manutenção, em seu governo, do programa de incluir mais e mais brasileiros e brasileiras no mercado de oportunidades – uma conquista atribuída aos dois governos Lula. Retirar pessoas da linha de pobreza e propiciar deslocamentos ascendentes com a melhoria das condições de vida foram prioridades logo anunciadas. Esta aposta estava sintonizada com a primeira contribuição que elegemos neste texto – a do economista Marcelo Neri. Até a ressalva de Neri – “abrir o mercado aos pobres” – acabou sendo contemplada em outras falas da nova presidente. Produzir políticas mais duradouras de forma que os emergentes pudessem contar com chances mais estáveis de acesso aos benefícios do mercado – educação, formação profissional, oportunidades de crédito sem solução de continuidade – foram pontos levantados no discurso de posse da presidente eleita.

Embora crítico do que classificou como “triunfalismo”, o sociólogo Jessé de Souza, em todo o livro citado neste texto, valorizou o processo afetivo-emotivo implicado na movimentação e no trajeto dessas milhares de pessoas, trajeto marcado por muito trabalho e esforço incomum. Jessé preferiu à terminologia “nova classe média” a classificação “nova classe trabalhadora”. Os batalhadores das empresas de telemarketing, os feirantes, os diaristas de trabalhos picotados em várias casas, as costureiras, os empreendedores rurais são alguns dos exemplos vivos do suor continuado, do trabalho sem trégua, da falta de proteção coletiva e do isolamento com que contavam esses batalhadores para a travessia do dia a dia. Nesse novo formato da classe trabalhadora, no pós-fordismo, o fracasso na empreitada é vivido como fracasso individual – o lado mais perverso da dinâmica do capitalismo especulativo contemporâneo.

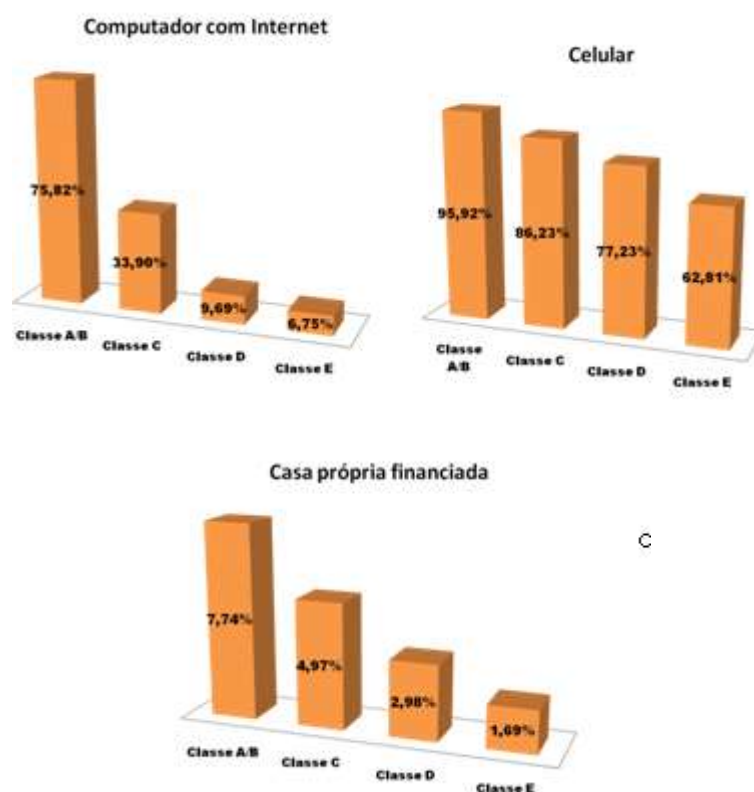
Em sua avaliação crítica, Jessé de Souza chama a atenção para o elitismo e a atitude preconceituosa das classes média tradicional e classe alta em relação à nova classe trabalhadora. Desprovido do capital simbólico e da experiência de vida com separação entre “brincadeira e estudo”, restou a esse novo contingente da classe trabalhadora a transmissão efetiva de uma “ética do trabalho”. Em paralelo, o cultivo de um comportamento assentado no “capital familiar” – “transmissão de exemplos e valores do trabalho duro e continuado, mesmo em condições sociais muito adversas”. (JESSÉ DE SOUZA, 2010, p. 50) Um grande segmento para o qual o presente, pelas contingências de trabalhar incessantemente e se manter, acaba sendo mais determinante que

o futuro, ao contrário da classe média tradicional para quem o pensamento prospectivo, o futuro, é a direção de seus projetos de vida. (JESSÉ DE SOUZA, 2010, p. 235)

No último ponto mencionado talvez resida a nota mais destoante entre as interpretações de Lamounier e Souza e aquela proposta por Jessé de Souza. Não escapou aos primeiros a identificação nas classes emergentes da falta de projeto futuro. Atribuíram tal lacuna a um pragmatismo conduzido pela ânsia de consumo e pela angústia de perder a capacidade de compra. Os autores localizaram na falta de capital cultural e numa socialização política precária as razões de tal descompromisso com instituições e com regulamentos mais previsíveis que constituem a sociedade organizada e a democracia estável. O que Jessé diagnosticava como resultado de uma estrutura excludente e profundamente hierarquizada, Souza e Lamounier talvez atribuíssem a limitações comportamentais – desinteresse ou incapacidade dos atores por falta de contato e aprendizado político e cultural. Emergentes são menos escolarizados, e como tal, pouco críticos dos processos de *anomia* institucional ou precariedade de arranjos institucionais capazes de regular e controlar nos limites formais o tecido social e a vida política. Completam a avaliação afirmando que falta aos brasileiros, sobretudo aos emergentes, considerar o papel da educação como geradora da consciência política. Educação é vista apenas como símbolo de status e alavanca para ascensão social, em grande parte, herança da tradição bacharelesca brasileira.

A diferença entre os dois grandes segmentos – a classe média tradicional e a chamada nova classe média – foi medida também pela distância simbólica que as separava.

Gráficos 3 – Fronteiras simbólicas que separavam a Nova Classe Média da Classe Média Tradicional (dados de 2009)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

São números que nos dizem mais do que soma ou subtração de bens e aquisições materiais. Eles nos informam dos canais mais ou menos fechados aos que foram socializados para penetrar naqueles ambientes de troca e interação. Os cientistas sociais insistiram sistematicamente nesses

pontos no Brasil. Deixaram clara a desconfiança de sustentação da emergência “quase abrupta” – considerando a inércia secular – de milhares de pessoas a outras possibilidades de vida, de aprendizado de gosto e de expectativa sem condições reais de delas usufruir. E é nesta nota que se centra a inquietação analítica mais pronunciada no debate entre os cientistas sociais no Brasil, debate que está longe de ser esgotado com as contribuições aqui consideradas.

Como nota final, já com informações e situações visíveis em 2021, vale o reforço à constatação de que a inserção de milhares de pessoas no contexto de mobilidade social é indiscutivelmente favorável ao mercado. No entanto, demanda ainda imaginação social para avaliar o quanto bom pode estar para os próprios atores, homens e mulheres que viram, intempestivamente, suas vidas expostas em um palco midiático de onde, certamente, não faziam parte como convidados rotineiros, e onde, provavelmente, não se sentiam à vontade, ou melhor, “autorizados” a estar. Os alertas da teoria social se veem confirmados em situação de crise que restituiu tantos nos últimos anos a limiares mais baixos, obrigando a sociologia a considerar o peso das flutuações em seu arcabouço reflexivo. Caberia na teoria social movimento de tal assimetria? Afinal, que experiência social é esta em que o sujeito pode mudar de “classe” duas vezes em um período de dez anos? O que tal violência real e simbólica provoca nos atores em sua percepção de mundo e de si mesmo? Que modelo de teoria social seria capaz de lidar com tais desafios?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- MILLS, Charles Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. [Edição original: MILLS, Charles Wright. *White Collar: The American Middle Classes*. New York: Oxford University Press, 1951].
- SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar. *A classe média brasileira: Ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.
- SOUZA, Jessé de. *Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. 354 p.
- SOUZA, Jessé de. *A ralé brasileira: quem é e como vive?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ Entenda as consequências sociais e políticas do aumento do padrão de vida dos brasileiros em Amaury de Souza e Bolívar Lamounier. *A classe média brasileira: Ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.
- ² Cf. Jessé de Souza. *Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, 354 p. E Jessé de Souza, *A ralé brasileira: quem é e como vive?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- ³ Ricardo Henriques em palestra promovida pelo GIFE, Fortaleza, 1999.
- ⁴ Há um ditado no Brasil – “pobre quando come galinha, um dos dois está doente” – que ilustra a raridade da presença de frango na mesa dos mais pobres no país. Um ditado que talvez tenha perdido força quando a estabilidade econômica favoreceu o consumo regular desse alimento. E dramaticamente retorna com força em momentos de recrudescimento inflacionário e de concentração de rendas.
- ⁵ Devido à corrida inflacionária, entre 1967 e 1993 o Brasil teve seis moedas diferentes, a saber: Cruzeiro Novo (1967), Cruzeiro (1970), Cruzado (1986), Cruzado Novo (1989), Cruzeiro (1990) e Cruzeiro Real (1993). O total de inflação acumulado nesse período foi de aproximadamente 1.142.332.741.811.850% (IGP-DI).
- ⁶ A venda de cimento, que já vinha melhorando, bateu em 36 milhões de toneladas, marca recorde nos últimos onze anos. Até 1996, o consumo do produto era puxado por pessoas que estavam reformando ou ampliando sua casa. Agora, os grandes clientes passam a ser as construtoras, confiantes de que há público para comprar seus apartamentos. Na região da Grande São Paulo, onde o reaquecimento do setor imobiliário sempre começa primeiro, as construtoras deveriam lançar 70.000 novos apartamentos, segundo a previsão otimista daquele momento. Uma estatística impressionante, já que apenas a produção de 1997 seria praticamente igual a tudo o

que as construtoras haviam lançado entre 1990 e 1993. (REVISTA VEJA. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/100997/p_118.html>.)

⁷ Charles Wright Mills. *A nova classe média*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976. [Edição original: Charles Wright Mills. *White Collar. The American Middle Classes*. New York, Oxford University Press, 1951]

⁸ Entendido como o “self”, a parcela de subjetividade e individualidade existente nos homens.

Recebido em outubro de 2021
Aprovado em novembro de 2021